



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENADORIA DE LOGÍSTICA

PROCESSO Nº 2022.0.000008783-2

TERMO DE REFERÊNCIA

Neste Termo de Referência, as menções feitas aos artigos, parágrafos, incisos, alíneas se referem à Resolução CNJ Nº 182/2013.

1 Objeto (Art. 18, §3º, I)

Aquisição de bens de consumo de TI, conforme as especificações e condições descritas neste Temo de Referência.

2 Fundamentação (Art. 18, §3º, II)

2.1 Motivação da contratação (Art. 18, §3º, II, a)

Garantir a continuidade e/ou a ampliação da prestação dos serviços aos usuários que direta ou indiretamente fazem uso dos equipamentos de TI que demandam a utilização de consumíveis e/ou componentes para o seu funcionamento.

2.2 Objetivo (Art. 18, §3º, II, b)

Formalizar, mediante atas de registro de preços, o compromisso de fornecimento pelas contratadas dos bens de consumo de TI necessários para a garantia da continuidade e/ou a ampliação da prestação dos serviços aos usuários que direta ou indiretamente fazem uso dos equipamentos de TI.

2.3 Benefícios diretos e indiretos (Art. 18, §3º, II, c)

Como benefícios diretos destaca-se a garantia da continuidade da prestação dos serviços aos usuários que direta ou indiretamente fazem uso dos equipamentos de TI que demandam a utilização de consumíveis e/ou componentes para o seu funcionamento.

Como benefícios indiretos destaca-se a dedicação integral dos usuários as suas atividades fins, não sendo necessárias interrupções para a solução de problemas relativos aos serviços de TI.

2.4 Alinhamento estratégico (Art. 18, §3º, II, d)

A presente contratação contribui indiretamente para o objetivo estratégico, definido no Plano Estratégico

do TRE-RJ, de “Promover a transformação digital”, o qual é apresentado com a seguinte descrição: “Refere-se à intensificação da transformação digital nos serviços e produtos oferecidos e à implantação de inovações e soluções tecnológicas nos processos e nas ferramentas de trabalho. Abrange a melhoria da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e disponibilidade das informações, assim como a plena disponibilização dos serviços eleitorais de forma digital aos clientes externos e o adequado funcionamento dos sistemas essenciais do TRE-RJ.”

2.5 Estudos preliminares (Art. 18, §3º, II, e)

Este Termo de Referência foi elaborado considerando as informações do Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pelo integrante demandante e dos Estudos Preliminares constantes do Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº2021.0.000008783-2.

2.6 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item (Art. 18, §3º, II, f)

Seguem abaixo as memórias de cálculo que foram utilizadas como base para o dimensionamento dos quantitativos a serem registrados para cada material:

MATERIAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS A SEREM REGISTRADOS
DRIVE DVD EXTERNO USB	<p>Para o dimensionamento da quantidade a ser solicitada, adotou-se o critério de disponibilização de 1 unidade por cartório (165) e de 1 unidade por unidade da Sede (130), totalizando 295 unidades. Além deste quantitativo, é necessário um adicional de 20% de reserva técnica e de contingência (59) para utilização pelas unidades de suporte aos cartórios e para substituição daqueles que venham a apresentar algum problema de funcionamento, totalizando 354 unidades.</p> <p>QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO: 354</p>
CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M	<p>Para o dimensionamento da quantidade a ser solicitada, adotou-se o critério de disponibilização de 1 unidade para cada computador do tipo “mini” existente para atendimento das zonas eleitorais e das unidades da Sede (2.342), mais um adicional de 20% de reserva técnica e de contingência (469) para utilização pelas unidades de suporte aos cartórios e substituição daqueles que venham a apresentar algum problema de funcionamento, totalizando 2.811 unidades.</p> <p>QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO: 2.811</p>

2.7 Análise de mercado (Art. 18, §3º, II, g)

Não foram identificadas outras alternativas para o atendimento das necessidades apontadas além da aquisição dos equipamentos solicitados.

A análise de mercado de TIC com o levantamento das soluções disponíveis e/ou contratadas por órgãos ou entidades da Administração Pública foi realizada durante a preparação dos Estudos Preliminares nos subitens “1.2 Identificação das diferentes alternativas existentes no mercado que atendam aos requisitos definidos para a solução” e “1.3 Análise e comparação entre os custos totais das soluções identificadas” que se encontram registrados no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº2021.0.000008783-2.

2.8 Natureza do objeto (Art. 18, §3º, II, h)

Os bens são considerados comuns para fins e efeitos da legislação vigente.

2.9 Parcelamento do objeto (Art. 18, §3º, II, i)

A contratação será realizada por itens para estimular o interesse dos potenciais participantes, viabilizando ampla competição e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

2.10. Adjudicação do objeto (Art. 18, §3º, II, j)

O objeto desta contratação será adjudicado aos vencedores dos respectivos itens.

2.11. Forma e critério de seleção do fornecedor (Art. 18, §3º, II, j)

A aquisição será realizada por pregão na sua forma eletrônica, conforme a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/2019, uma vez que os itens a serem adquiridos são considerados bens comuns, efetuada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP com vigência de 12 meses, conforme o Decreto nº 7.892/13.

O SRP, neste caso, promoverá uma gestão mais eficiente do estoque desse material, já que os pedidos poderão ser feitos levando-se em consideração as solicitações internas e necessidades estratégicas que ocorrerem durante a vigência contratual, limitados ao quantitativo registrado.

O SRP permitirá, ainda, que sejam realizados pedidos parcelados durante os anos de 2022 e 2023 com base na disponibilidade dos seus respectivos orçamentos.

2.11.1 Critérios de habilitação (Art. 18, §3º, II, j)

Os critérios de habilitação devem seguir os dispositivos estabelecidos na lei 10.520/02, sendo aplicados subsidiariamente as normas da lei 8.666/93.

2.12. Critérios ambientais (Art. 18, §3º, II, k)

Considerando que, no âmbito do TRE-RJ, o instrumento orientador para a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos de aquisição de bens e de contratação de obras e serviços é o Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações, atualizado conforme Ato GP 171/2020, destaca-se que foram consideradas nesta contratação, sempre que possível, as recomendações do referido Guia apresentadas no Capítulo I - Disposições Gerais e em especial àquelas elencadas no Capítulo V – Dos Serviços, Equipamentos e Materiais de TIC (itens de 48 a 56) conforme descrito nos Estudos Preliminares no subitem "1.4.2.1. Critérios ambientais" que se encontram registrados no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº2021.0.000008783-2

2.13. Conformidade técnica e legal (Art. 18, §3º, II, l)

Os dispositivos legais e normas técnicas aos quais o material objeto desta contratação deve estar aderente foram identificados e mencionados no corpo do texto.

2.14. Obrigações da contratada (Art. 18, §3º, II, m)

São obrigações da contratada, dentre outros especificados neste Termo de Referência:

- a) Cumprir o objeto da contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis.
- b) Entregar a totalidade do material solicitado, dentro do prazo estipulado, sob pena das sanções legais cabíveis.
- c) Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento

não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo.

d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Edital e seus anexos, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções

e) Comprovar, em caso de fornecimento de bens importados, a origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

f) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

g) Manter dados de contato da empresa atualizados, tais como: número de telefone, número de fax, endereço físico e eletrônico, no decorrer da validade da ata.

h) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações.

i) Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

j) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

k) Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.2.14.8. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

2.15. Obrigações da contratante (Art. 18, §3º, II, m)

São obrigações da contratante:

a) Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências para execução das atividades referentes ao objeto desta contratação, se necessário.

b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

d) Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

e) Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para seja sanado o problema.

f) Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Edital e seus anexos

2.16. Obrigações comuns às partes

a) As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

b) As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

c) As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

2.16. Classificação orçamentária

A despesa, quando efetivada, ocorrerá pelo Elemento: 3390.30 – Natureza: Material de Consumo, relativo ao PI "Materiais de Consumo de TIC" do Programa “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa” da Justiça Eleitoral do orçamento do TRE-RJ.

Deve-se destacar que a referida contratação se encontra aderente ao Plano de Contratações de Soluções de TIC, o qual foi aprovado em conjunto com o Plano Anual de Contratações do TRE-RJ, conforme descrição que segue abaixo:

MATERIAL	ADERÊNCIA AO PLANO DE CONTRATAÇÕES DO TRE-RJ
DRIVE DVD EXTERNO USB	Contratação listada como item 17 do Plano de Contratações de 2022
CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M	Contratação listada como item 17 do Plano de Contratações de 2022

3 Especificação técnica (Art. 18, §3º, III)

3.1 Da especificação do objeto, dos quantitativos e dos preços estimados

3.1.1. Na tabela abaixo consta a especificação do objeto, os quantitativos a serem registrados e seus respectivos preços unitários estimados.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
COTA RESERVADA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP)				
1	88	Unidade	DRIVE DVD EXTERNO USB - Interface: 1 x USB 3.0, compatível com USB 2.0; - Leitura de CD e DVD;	243,47

			<ul style="list-style-type: none">- Grava CD e DVD-RW;- Velocidade de leitura: 48x (CD) / 16x (DVD);- Tipo de carregamento de mídia: Bandeja;- Compatível com Microsoft Windows 7 / 8 / 8.1 / 10. CATMAT: 254.817	
COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)				
2	266	Unidade	DRIVE DVD EXTERNO USB <ul style="list-style-type: none">- Interface: 1 x USB 3.0, compatível com USB 2.0;- Leitura de CD e DVD;- Grava CD e DVD-RW;- Velocidade de leitura: 48x (CD) / 16x (DVD);- Tipo de carregamento de mídia: Bandeja;- Compatível com Microsoft Windows 7 / 8 / 8.1 / 10. CATMAT: 254.817	243,47
COTA RESERVADA (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP)				

3	702	Unidade	CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M - Comprimento de no mínimo 1,5m e no máximo de 1,8m; - Padrão USB 3.0, compatível com padrões USB 2.0 e 1.1; - Um conector padrão USB tipo A macho, com estrutura metálica de proteção aos contatos do conector; - Um conector padrão USB tipo A fêmea, com estrutura emborrachada ou plástica sobre a estrutura metálica de proteção aos contatos do conector; CATMAT: 480.086	32,85
COTA PRINCIPAL (AMPLA PARTICIPAÇÃO)				
4	2.109	Unidade	CABO EXTENSOR USB 3.0 de 1.5M - Comprimento de no mínimo 1,5m e no máximo de 1,8m; - Padrão USB 3.0, compatível com padrões USB 2.0 e 1.1; - Um conector padrão USB tipo A macho, com estrutura metálica de proteção aos contatos do conector; - Um conector padrão USB tipo A fêmea, com estrutura emborrachada ou plástica sobre a estrutura metálica de proteção aos contatos do conector; CATMAT: 480.086	32,85

3.1.2. Os itens deverão ser fabricados com materiais que não agredam ao meio ambiente, comprovado mediante o atendimento à diretiva RoHs (Restriction of Hazardous Substances) a ser comprovado através de certificado ou autodeclaração do fabricante, a ser entregue pelo licitante classificado em primeiro lugar no momento da aceitação.

3.1.3. Em relação a redução de impacto ambiental, será aceito o "Rótulo Ecológico ABNT", que é um certificado de compatibilidade com as normas ISO 14020 e ISO 14024, como comprovação nacional alternativa ao atendimento à diretiva internacional RoHS.

3.1.4. A empresa classificada em primeiro lugar, deverá apresentar certificado de regularidade do IBAMA do fabricante ou o seu número de inscrição no CNPJ, a fim de se verificar junto ao sítio do IBAMA (www.ibama.gov.br) se o fabricante possui Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadora de Recursos Ambientais na ficha técnica de enquadramento 5 - 2 (Fabricação de

material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática) – de acordo com o art. 17 inc. I e II da Lei Federal 6938/1981, bem como instrução normativa nº 6, de 15/03/13 do IBAMA. Não serão aceitos certificados na área de comércio ou representação comercial.

4 Da garantia técnica

4.1. O prazo de garantia, de responsabilidade do fornecedor, para o objeto da licitação deverá ser de, no mínimo, 12 meses para todos os itens cotados neste Termo de Referência e será contado a partir do aceite definitivo dos equipamentos.

4.2. Forma de Atendimento da Assistência Técnica

4.2.1. Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), indicando 0800 ou número local.

4.2.2. O atendimento será do tipo “on site” nas dependências do TRE-RJ localizadas no município do Rio de Janeiro, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado.

4.2.3. A substituição dos itens por outros de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do TRE-RJ.

4.3. Com vistas à destinação final ambientalmente adequada dos bens e/ou peças que venham a ser recolhidos em virtude de substituição em garantia, a contratada deverá declarar os responsáveis pelo recolhimento (se o próprio contratante ou outros) e especificar a destinação final dos bens e/ou peças (se o próprio fabricante ou outros).

5 Das condições de fornecimento e de execução do objeto

5.1. O TRE-RJ fará as aquisições mediante termo de contrato, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 5 dias úteis, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

5.1.1 O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

5.2 Será verificada, através do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.3 A entrega do material deverá ser efetuada na Seção de Serviços, Provisões e Equipamentos (SESPEQ), localizada na Av. Rodrigues Alves, 161, Saúde, Rio de Janeiro, no horário das 12h às 17h. Telefones: (21) 2223-2109/ 2223-2621 / 3436-8149.

5.4 O prazo de entrega será de até 30 dias, contados da data do recebimento da nota de empenho.

5.5 O material deverá ser entregue acompanhado do seu respectivo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

5.5.1 Será realizado o recebimento conferindo o documento fiscal e a respectiva nota de empenho, observando o descrito neste Termo de Referência e certificando-se de que a quantidade recebida de cada item corresponde à constante da nota de empenho;

5.5.2 O recebimento provisório será confirmado com a emissão do documento Relatório de Recebimento Provisório de Material, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação deste Termo de Referência e com os termos da proposta.

5.6 O material será recebido definitivamente, no prazo de 7 dias úteis, contados a partir do recebimento do

material pelo TRE-RJ, por comissão designada, que aferirá a satisfação de todas as exigências contratuais e emitirá o Relatório de Recebimento Definitivo de Material.

5.7 Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir os produtos recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

5.8 Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal, nos termos do art. 57, §2º da Lei 8.666/93.

5.9 A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a sua aceitação.

5.10 A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.11 Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações.

5.12 Todo o material fornecido deverá ser acondicionado e entregue em embalagens constituídas preferencialmente de materiais reciclados, recicláveis ou reutilizáveis,

individualmente, com menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.13 A empresa vencedora deverá encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com número do CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal.

6 Da liquidação e do pagamento

6.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura, contado do recebimento definitivo do material, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

6.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, atualizados pelo Decreto 9.412/2018, serão efetuados no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal, nos termos do art. 5º, §3º da mesma lei.

6.1.2 Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não se efetue a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.

6.2 O atesto da nota fiscal ou fatura comprova o recebimento definitivo do objeto.

6.3 A fiscalização tem o prazo de 7 dias úteis para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento, devendo ser observados os procedimentos previstos na IN DG nº 04/2012 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Instruções Normativas da Diretoria Geral – filtrar pelo ano e número da norma).

6.4 Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido no subitem 6.1 retornará à contagem inicial.

6.5 Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a sua substituição, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal.

6.6 Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

6.7 Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

6.8 No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

7 Das sanções administrativas

7.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

7.2. Nas contratações por meio do SRP, as disposições do item 7.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais, poderá ser aplicada à contratada multa compensatória graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% do valor do contrato.

7.4. Em caso de atraso na execução do objeto desta licitação, poderá ser aplicada à contratada multa moratória equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10% sobre este valor.

7.5. A dilação de prazo, autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual

atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

7.6. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.

7.7. Nos casos de instauração de procedimento apuratório que possa ensejar a aplicação de multa, o TRE-RJ poderá acautelar até 20% do valor da fatura, condicionando a liberação de eventual valor remanescente à conclusão do procedimento.

7.8. A retenção cautelar será aplicada se inexistirem faturas próximas suficientes para garantir eventual multa ou se a gravidade da infração assim justificar.

7.9. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% ao mês.

7.10. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

7.11. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

7.12. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

7.13. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

7.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, se for o caso, no CEIS.

Equipe de Planejamento da Contratação:

FABIANO FREITAS BARBOSA – Integrante Demandante

SERGIO SIQUEIRA PEREIRA – Integrante Técnico

AMANDA DE SOUSA CUNHA RIBEIRO - Integrante Administrativo

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2022

AMANDA DE SOUSA CUNHA RIBEIRO TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 04/05/2022, às 12:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SERGIO SIQUEIRA PEREIRA CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇOS, PROVISÕES E EQUIPAMENTOS



Documento assinado eletronicamente em 04/05/2022, às 16:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABIANO FREITAS BARBOSA COORDENADOR(A) DE LOGÍSTICA



Documento assinado eletronicamente em 04/05/2022, às 16:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2315131** e o código CRC **BBC2FB28**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
